

Licitação Compra - CIOP

1867

De: Mirella SOMA/SP <licitacao8.sp@somahospitalar.com.br>
Enviado em: terça-feira, 28 de julho de 2020 09:17
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: Reconsideração Glicose
Anexos: RECONSIDERAÇÃO CIOP.pdf

Bom dia Marcel,

Segue em anexo reconsideração referente ao INDEFERIMENTO do reequilíbrio econômico do item GLICOSE 25%.

Atenciosamente,



Mirella de Moura Ferreira | Auxiliar de Licitação

(11) 4122-9800

licitacao8.sp@somahospitalar.com.br

licitacao8.sp

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos CIOP
RG: 42.467.355-3



1868
f

São Bernardo do Campo, 28 de Julho de 2020.

**ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A) SUPERINTENDENTE DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**

REF.: AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MEDICAMENTOS
NÃO INCLUÍDOS NA RENAME (RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS
ESSENCIAIS) PARA ATENDER MUNICÍPIOS CONSORCIADOS NAS SEGUINTES
FORMAS E QUANTIDADES.**

SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº 05.847.630/0001-10, com sede na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, Alves Dias, CEP 09851-550, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, telefones (11) 4122-9800/9.5050-0509, e-mail: licitacao.sp@somahospitalar.com.br, por intermédio de seu representante legal que ao final subscreve, havendo recebido a decisão que enseja pelo **INDEFERIMENTO**, ao pleito apresentado ao Órgão, inconformada com a decisão, vem respeitosamente requerer **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 64 – GLICOSE 25% AMP 10ML FARMACE**, com base na Lei 8666/93 e na Constituição Federal, art. 37, inc. XXI, conforme segue:

A empresa SOMA/SP participou do Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Nº 20/2019, sagrando-se vencedora do **“ITEM 64 – GLICOSE 25% AMP 10ML FARMACE”**.

É sabido e ressabido que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19, assunto presente nos diversos meios de comunicação, sendo um dos fatos mais importante registrado que a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus uma “Pandemia Global” e por consequência trouxe vários impactos a economia mundial, a SOMA/SP se vê obrigada a requerer o **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, a saber:

Os meios de comunicação relataram diversos fatos ocorridos com a pandemia global do COVID-19 e por consequência a instabilidade econômica, conforme pode-se averiguar:

Dólar dispara e vai a R\$ 4,50 com temor de expansão do Coronavírus;

Moeda abre em alta pelo sétimo dia consecutivo e bolsa registra queda de 2%; investidores temem danos que poderão ser causados pelo surto na economia global
(<https://veja.abril.com.br/economia/dolar-dispara-450-coronavirus/>)

Sob impacto da pandemia do Coronavírus, bolsa fecha em baixa e dólar sobe.
(<https://www.cartacapital.com.br/economia/sob-impacto-da-pandemia-do-coronavirus-bolsa-fecha-em-baixa-e-dolar-sobe/>)

Dólar salta quase 4% e fecha a R\$ 5,199, novo recorde, mesmo com ação do BC.
(<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/18/dolarfechament-o-coronavirus-circuit-breaker.htm?cmpid=copipecola>)

Dólar opera em queda, vendido perto de R\$ 5,71
(<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/05/18/dolar-bolsa-operacao.htm>)

OMS declara pandemia de coronavírus
(<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>)

Governo federal decreta estado de emergência para conter coronavírus no Brasil
(<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/governo-decreta-estado-de-emergencia-por-caoa-de-surto-do-coronavirus.shtml>)

Destaca-se que muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana.

Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consiste claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados.

Importante ressaltar que a ATA DE REGISTRO DE REGISTRO DE PREÇO foi firmado a época o valor de R\$ 0,21 (vinte e um centavos) e conforme NF teve um aumento expressivo no preço, sendo o valor agora para aquisição de R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos).

Nota-se que os fatos noticiados são de conhecimento global e os impactos com a alteração do preço afetam diretamente o contrato em execução, tornando inviável a sua continuidade sem que haja ajustes capazes de equilibrarem a relação contratual.

Importante ressaltar que a Soma/SP sempre buscou atender todas as solicitações ora encaminhadas, contudo, com a elevação de preço que tivemos, a empresa fica em situação que coloca sua Função Social descabida para tal propósito, sendo fatores superveniente impossível de prevê durante a assinatura do contrato.

O reajustamento de preço tem amparo constitucional, além de ser necessário neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

Está expresso no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal à obrigatoriedade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com a finalidade de efetivar a manutenção do valor contratado entre Administração Pública e Contratado.

Assim também preleciona a Lei 8.666/93 em seu artigo 65, inc. II, alínea "b";

Art. 65.

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Acerca dos aspectos jurídicos do instituto da revisão de preços no âmbito do SRP, tomamos a liberdade de juntar em anexo documentos comprobatórios apontando requisitos para sua concessão, a seguir demonstrados.

1º Requisito: fato superveniente imputável a terceiros

Comprova-se esses requisitos mediante a NF enviada a empresa pelo laboratório fabricante "**FARMACE**", inerentes à aquisição do produto – **GLICOSE 25% AMP 10ML**.

Segundo esse documento, corrobora-se que em 05/12/2019 o preço unitário de aquisição desse medicamento utilizado pela requerente para formulação de seu preço era de R\$ 0,18 (dezoito centavos), valor este que passou a ser de R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos), em 29/06/2020, conforme NF anexo.

Por certo, a Requerente não tem ingerência na definição do preço de comercialização estabelecido pelo Laboratório FARMACE segundo os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência (arts. 1º, inc. IV, e 170, inc. IV, da CRFB).

2º Requisito: imprevisibilidade do fato superveniente

Conforme documentado no requisito anterior, a elevação do preço decorreu da livre iniciativa do laboratório fabricante por consequência da pandemia global do COVID-19, conforme anexo.

No caso específico, a elevação desse preço foi anormal, atípica e de elevada monta. Segundo a Nota Fiscal de 05/12/2019 o preço de aquisição do produto **GLICOSE 25% AMP 10ML** mantinha-se estável, porém a partir de 29/06/2020 o preço unitário saltou para R\$ 0,24 (vinte quatro centavos), como comprova-se pela NF 236556.

A elevação no preço de aquisição do medicamento é muito superior à inflação no período, de apenas 3,07%, conforme variação do INPC, divulgado pelo IBGE, conforme comprovação obtida no site do Banco Central do Brasil.

Assim, demonstra-se que a elevação desse custo é atípica, impossível de ser prevista à época da licitação, de consequências incalculável, eis que muito superior à expectativa inflacionária no período.

3º Requisito: Configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual.

Demonstrou-se anteriormente a superveniência do fato ensejador da revisão do preço, oriundo da vontade alheia à Requerente, bem como sua imprevisibilidade, com variação atípica.

Passa-se agora a calcular o *quantum* da repercussão econômica da elevação do custo de aquisição sobre o preço registrado, conforme tabela a seguir

	Composição do Preço em 05/12/2019	Composição do Preço em 26/06/2020	Variação
Custo de aquisição	R\$ 0,18	R\$ 0,24	16%
Custos de transporte e armazenamento	N/C	N/C	
Total	R\$ 0,21	R\$ 0,28	16%-

Além da comprovação da repercussão do aumento do custo de aquisição sobre o preço registrado, a Requerente salienta que o novo preço revisado para o produto **GLICOSE 25% AMP 10ML** é compatível com os valores atualmente praticados no mercado.

Por fim, releva notar que a medida já faz parte de comentários de ilustres juristas e doutrinadores pátrios:

HELY LOPES MEIRELLES: "O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. Em última análise, à a correlação entre o objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, afim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato

(Lei 8.666/93, art. 65, II "d", e § 6º)." (Licitação e contrato administrativo editora Malheiros 12ª edição pg. 181.)

A respeito do tema nos ensina Justen Filho (2010, p. 776-777):

O restabelecimento da equação econômico-financeiro depende da concretização de um evento posterior a formulação da proposta, identificável como causa de agravamento da posição do particular. [...] Não se caracteriza rompimento do equilíbrio econômico-financeiro quando a proposta do particular era inexequível. A tutela à equação econômico-financeira não visa a que o particular formule proposta exageradamente baixa e após vitorioso, pleiteie elevação da remuneração. Exigi-se, ademais, que a elevação dos encargos não derive de conduta culposa imputável ao particular. Se os encargos tornaram-se mais elevados porque o particular autuou mal, não fará jus à alteração de sua remuneração.

Os legisladores, conforme entendimento normativo, entende que o direito às partes de modificar o contrato administrativo, desde que devidamente justificado, excluindo-se as propostas inexequíveis, e eventos anteriores a formulação das mesmas ou até mesmo da lavratura e firmamento do Contrato Administrativo.

Destaca-se que no caso em tela a comprovação por nota fiscal e carta do fornecedor, sendo a NF anterior ao momento que estamos vivenciando no Planeta com a disseminação do COVID-19 e subsequente ao pedido de Reequilíbrio econômico financeiro, tendo carta que comprovam a alteração excessiva no produto.

Requer-se a suspensão de novas solicitações produtos **GLICOSE 25% AMP 10ML** enquanto não houver deliberação final a respeito do presente requerimento.


Frente o exposto, requer a **RECONSIDERAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, requerendo-se assim, a alteração **"ITEM 64 – GLICOSE 25% AMP 10ML"** para consignar o novo preço revisado para esse produto, sendo de R\$ 0,21 (vinte e um centavos) para R\$ 0,28 (vinte e oito centavos), tendo em vista a onerosidade excessiva diante dos impactos causados pela disseminação do

COVID-19, sucessivamente caso entenda de forma diversa o **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRODUTO** devido a impossibilidade de manutenção do preço relativo as elevações e as variações constantes que ocorreu durante todo período e se arrasta sem ter um exata estabilidade.

Nestes termos.

Pede-se deferimento.

Atenciosamente,


Leandro Rodrigues de Almeida
SUPERVISOR DE LICITAÇÃO
RG. nº 35.526.149 SSP/SP

1875

MEMORANDO INTERNO N º 71/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

Interessado: Soma Produtos Hospitalares Ltda ARP nº 65/2019

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, às fls 1.867/1.874 sobre pedido de reconsideração sobre reequilíbrio econômico-financeiro do item **64 – GLICOSE 25%APM 10ML FARMACE.**

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 28 de julho de 2020


DENISE SAKIYO IDE

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos em Substituição

Recebido em 28 / 07 / 2020

Setor Jurídico: 



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1882
g

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 64 - GLICOSE 25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO DO ITEM

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de reconsideração ao indeferimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 64 - GLICOSE 25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., sob a justificativa de "muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana. Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consisti claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados."

2. A solicitante realiza o pedido de reconsideração ao realinhamento de preço do item 64 - GLICOSE 25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML (fls. 1.868/ 1.874), registrado na ata do Pregão Presencial nº 20/2019 de R\$ 0,21 para R\$ 0,28.

3. O documento ora analisado é a solicitação de revisão do item 64 - GLICOSE 25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

recebido/protocolado em 28/07/2020, não junta documentos para embasar a sua solicitação.

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao pedido de reconsideração do indeferimento ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 64 - GLICOSE 25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 SRP MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NA RENAME - PROCESSO Nº 30/2019 pactuado com a empresa requerente, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., sob a justificativa de "muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana. Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consisti claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados."

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca do pedido de reconsideração do realinhamento do preço nos moldes apresentado e alternativamente o seu cancelamento, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. solicita a reconsideração ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 64 - GLICOSE 25% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML que logrou vencedora na licitação em tela, argumentando que há um aumento do preço do medicamento, ante a alta da matéria prima do medicamento e dos custos de produção, embasa também o seu argumento com a pandemia do COVID-19 e os impactos na economia que causa. Alternativamente solicita o cancelamento do item.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1884
of

8. Não traz à baila documentos para embasar o seu pedido.
9. Eis a síntese do acostado às fls. 1.868/ 1.874.
10. A base de sua requisição é a pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia.
11. Mantém como fulcro de seu pedido os mesmos fundamentos acostados previamente nos autos às fls. 1.671/ 1.678.
12. Entretanto não demonstra o nexo de causalidade entre estes, apenas argumenta que há uma diferença no preço praticado por sua fornecedora.
13. Informo que a variação cambial por si só não é ensejadora para autorizar a recomposição do preço registrado em ata.
14. Neste sentido manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a **concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.**

(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "**instabilidade econômica do país**" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, **não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses.** (TC-001040/003/12 TC-



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12
TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué
Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e
negrito nosso.

15. Portanto não se vislumbra fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inclusive com a argumentação que sobreveniente um fato imprevisível no momento dos lances.

16. De modo que não demonstra a relação de causalidade que enseja o justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, ao reajuste do preço. Há a manutenção do parecer exarado às fls. 1.699/ 1.730.

17. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

18. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;



1886
af

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

II – Pelo indeferimento do cancelamento do item em que a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 29 de julho de 2020.


Dr. RANGEL STRASSER FILHO
Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

1930
g

MEMORANDO INTERNO Nº 76/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reconsideração de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento do Item 64 - Pregão Presencial – SRP nº 20/2019 – Ata nº 65/2019

Interessada: Soma Produtos Hospitalares Ltda

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1.882/1.886, que opinou pelo indeferimento do pedido de reconsideração do realinhamento de preço ou cancelamento do item 64 – GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL, em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2020



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

1910
g**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO**

Assunto: Solicitação de Reconsideração de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento do Item 64 – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

Interessado: Soma Produtos Hospitalares Ltda. ARP nº 65/2019

Trata-se de pedido de Reconsideração de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 64 – GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL (fabricante: Farmace), pela detentora da ata nº 65/2019 – **SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

O Setor Jurídico às fls. 1.882/1.886 opinou pelo indeferimento do pedido, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de Reconsideração de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 64 – GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL, bem como pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento dos itens adjudicados e os já empenhados, realizada pela empresa **SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2020



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



1912/9

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: **Solicitação de Reconsideração de Reequilíbrio Econômico-Financeiro/cancelamento de item. ARP nº 65/2019. Pregão Presencial nº 20/2019.** Interessada: **SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.** Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de Reconsideração de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 64 - Glicose 25% - solução injetável, bem como pelo não acolhimento da solicitação de cancelamento dos itens adjudicados, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo. Pres. Prudente, 10 de agosto de 2020.

